

DO CRÁTILLO DE PLATÃO AO IDEÁRIO DE FREGUE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HERMENÊUTICA JURÍDICA ATUAL

Durval Aires Filho

Professor Universitário, Desembargador TJ/CE

RESUMO: Tenciona discutir o tema sobre a origem dos nomes de acordo com o Crátilo, obra de Platão, conhecida em forma de diálogos, no momento em que o pensador se encontrava no período de transição, marcado entre a juventude que desaparecia e a maturidade que o alcançava. Não pretende consolidar uma nova hermenêutica jurídica, mas alargar os horizontes, já que tendência de se julgar, por exemplo, um réu, parte sempre de certas posições subjetivas, com uma má vontade, estigmatizando-o logo como réu, quando o certo seria tê-lo como envolvido, posto que o réu só é réu, após a sua definição, compreensão do fenômeno, e consolidação final do processo. A metodologia empregada foi a revisão de literatura, com comentários e reflexões do autor.

Palavras-Chave: origem dos nomes; relação palavra/mundo; linguagem, conhecimento.

ABSTRACT : Discuss the issue on the origin of names according to the Cratylus, Plato's composition, known in the form of dialogues, the moment that the thinker was in the transition period, marked between his youth that disappeared and his maturity that reached. Not intended to consolidate a new legal interpretation, but broaden the horizons, since tendency to judge, for example, a defendant always part of certain subject positions, with an unwillingness by stigmatizing it as soon as a defendant, when the truth would have as it involved, since the defendant is accused only after its definition, understanding of the phenomenon, and final consolidation process. The methodology used was the literature review, with comments and reflections of the author.

Keywords: origin of names; relative word/world; language, knowledge.

INTRODUÇÃO

O presente texto tenciona discutir o tema sobre a origem dos nomes de acordo com o Crátilo, obra de Platão, conhecida em forma de diálogos, no

THEMIS

momento em que o pensador se encontrava no período de transição, marcado entre a juventude que desaparecia e a maturidade que o alcançava. Esta origem dos nomes, discutida pelos antigos filósofos, desencadeia, no século XX, uma ampliada proposta, que esse texto pretende abordar, percorrendo outros horizontes, na linha de Freg que, ao estudar a lógica da matemática, ainda no século XIX, pretendeu liberar o pensamento da linguagem. É possível tal proposta? Qual a contribuição do matemático?

Ao abrir um *take* entre o clássico Platão e o moderno Frege, há um escopo maior de compreensão. Ora, se não há no presente artigo um desejo consolidado de uma nova hermenêutica jurídica, pelo menos os horizontes serão muito alargados. Não é certo, por exemplo, tomarmos o objeto pelo conceito. Ou ainda, embaralhar conceito, definição e referência. A tendência de se julgar, por exemplo, um réu, parte sempre de certas posições subjetivas, com uma má vontade, estigmatizando-o logo como réu, quando o certo seria tê-lo como envolvido, posto que o réu só é réu, após a sua definição, compreensão do fenômeno, e consolidação final do processo.

Realmente, não é nova a temática, e sempre que discutida, retoma-se Platão. Fato é que, durante muitos séculos, debateu-se sobre a dupla questão que incomodava os filósofos: saber se a linguagem é natural, ou se originava da convenção social. Noutras palavras: se a linguagem tem origem pautada em princípios eternos e imutáveis, portanto, egressa da natureza, ou se resulta do costume, da tradição, do consenso, ou do acordo, assim, algo modificável por ser de natureza cultural.

Para responder às velhas indagações, começando com o Crátilo de Platão, dividimos esta escritura em duas partes. A primeira, para saber se a origem da linguagem é natural ou social. Aqui, não há uma resposta, mas alternativas. E nem pode haver resposta, pois provavelmente, dependendo da palavra, esta tanto pode ter origem natural, como social.

Já a segunda parte, a libertação do pensamento, com o trabalho de Frege, tenta-se uma resposta a um problema, a busca da verdade, um modelo que seja adequado. A grande questão é que o pensamento vem antes da linguagem. Isso quer dizer que há uma independência entre ambos. O pensamento cumpre uma função do ser humano, como o respirar, por isso é uma constância. Pensamos e respiramos toda a hora. Daí a constatação de que verdade e método constituem processos dialéticos que se opõem, na maioria das vezes.

1 ORIGEM DOS NOMES

Partindo do Crátilo de Platão, logo sobreleva esse dilema da origem. Assim, posta em pauta: a linguagem, as palavras e os nomes têm origem na natureza, ou eles são oriundos do homem? Esse, o primeiro embaraço que, ao ser abordado pelo filósofo, será desfeito.

Para essa tarefa, Platão lança mão de uma narração circular, e, em cena, três personagens fazem corpo deste diálogo: Sócrates, Hermógenes e Crátilo. Segundo se observa, Sócrates é mais experiente, e por isso conduz o diálogo, sendo sempre identificado pelas perguntas incômodas, enquanto Crátilo, então discípulo de Heráclito, consta como um conservador. Ambos foram mestres de Platão. Hermógenes, no entanto, era mais apreciado pelo seu caráter, não tanto pela sua inteligência ou argúcia. Teria uma caracterização mais mediana, um indivíduo comum, médio, sem grandes dotes intelectuais. Aliás, seu próprio nome desencadeia ironia, quando visto pelo lado etimológico (“filho de Hermes”).

O impasse que Sócrates aceitou enfrentar continua: tem razão Crátilo quando diz que “cada coisa tem por natureza um nome apropriado”, posição chamada de “Teoria Naturalista dos Nomes” (nomes como representação exata dos objetos), ou o ingênuo Hermógenes que, nos diálogos, admite serem os nomes das coisas estabelecidos por convenção humana, de sorte que a “denominação é dada às coisas de acordo com que os homens assim convencionaram dar-lhes”. Essa posição tomou em geral o nome de “Controvérsia *Physis-Nomos* ou *Physis-Thesis*”.

Até aqui, temos duas posições valiosas e definitivas. Quando falamos, por exemplo, a palavra “faca”, logo, está embutido no seu conteúdo, como instrumento cortante, útil e imprescindível. O mesmo não acontece, quando aludimos a objetos que precisam de ideia e conceituação sobre eles mesmos.

1.1 Justeza da designação nome/coisa

A primeira pergunta, na certeza de que cada coisa tem por natureza um nome apropriado, e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram a denominar, pode ser lançada, levando-se em conta a adequação: existe realmente uma designação justa de nomes para cada umas coisas ou dos seres? Esta designação é indistinta e idêntica para todos os povos, gregos, bárbaros e troianos?

THEMIS

Em dada altura, diz Hermógenes:

Este nosso Crátilo, Sócrates, opina que existe, naturalmente uma designação justa para cada um dos seres; e que o seu nome não é aquele por que alguns convencionalmente os designam, servindo de uma parcela de sua linguagem; ao contrário, segundo ele, existe naturalmente (...) uma justeza de designação.

Algo assim, como se as palavras tivessem luvas perfeitas, em nível de significação, para seus objetos. Noutros termos: como se as coisas, nomes e conteúdos tivessem nascidas umas para as outras.

Na oportunidade, suplica a Sócrates que se manifeste sobre o dissídio, e adianta que o próprio Crátilo, além de tratá-lo ironicamente, resiste em responder diretamente. Revela que existe naturalmente uma designação justa, “não, pelo menos o teu nome não é Hermógenes, ainda que todo mundo o chame desse modo”, alegando a ironia de ser filho de Hermes, o que tem dúvida, dado que se alude a um Deus da inteligência, da intermediação e eloquência, mas, a sua referência, contém certo hibridismo.

Antes de tudo, é preciso observar que para Sócrates, se a língua for natural, as palavras possuem sentido próprio e essencial. Neste caso, os nomes espelham a natureza das coisas, adquirindo, assim, uma imutabilidade. Portanto, as palavras eram imutáveis e necessárias ao funcionamento da linguagem. Crátilo diria que, pelo naturalismo semântico, cada coisa tem nome por natureza, firmando que o *logos* está no *physis*. Não havia, nesta posição, diferença entre forma e conteúdo.

Todavia, Sócrates parece incentivar Hermógenes, ao afirmar que as coisas belas são difíceis de aprender, e que o estudo dos nomes é de especial importância. Aqui, aparece o primeiro marco da “Teoria das Formas” e, ao destacar a dificuldade de aprender coisas belas, há o receio de que a linguagem não apresenta seguro fundamento para a ciência. Na verdade, Platão procura perfeição na linguagem, mas não é possível. A exigência do saber verdadeiro, segundo professava, conduz a forma. A própria ideia do bem ou do belo, vai muito além da palavra. Ademais, admite que a linguagem deve ser imprecisa, pois do contrário, duas coisas teriam significações iguais.

Em resposta, existe sim designação justa dos nomes, as coisas nomeadas, notadamente em nomes primitivos, designados por deuses, certamente aqueles que tinham poder e concessão para atribuir nomes. E, mais ainda, esta designação natural, relação “nome/coisa”, tem aspecto universal, ou seja, deve ser viabilizada

em qualquer língua que se manifeste, sejam helenos e bárbaros. Por esta justeza, o nome dado a Sócrates, por exemplo, seria correto, pois revelaria a natureza de seu possuidor, aduzindo, daí, uma semelhança intrínseca entre o nome e a coisa nomeada, o ser.

Dessa forma, no primeiro momento, vence a tese de Crátilo, na certeza de que os “nomes são sempre justos e corretos por natureza”. Nesse sentido, vale dizer: *a correta aplicação do nome consiste em mostrar, através dele, como a coisa é construída*. Aliás, a justeza dos nomes é só uma, tanto para nomes originais ou primitivos, quanto para os nomes derivados, e tal natureza, consoante Sócrates, consiste em revelar a natureza de cada um dos seres. É dizer: a justeza é revelada pela natureza da coisa que já possui em si, fisicamente falando. Neste caso, há uma certa parcialidade. E aí pergunta: se os derivados só têm existência pelos primitivos, como serão nomeados?

1.2 Imitação/representação

O cenário imaginado pelo filósofo para responder essa questão, conduz o ser humano antes da voz, antes da linguagem, como se fôssemos mudos, fazendo sinais com as mãos, com a cabeça ou com o corpo, como fazem os primatas. Acontece que temos a voz e, neste quadro, pode ser apresentada uma série longa de exemplos e sugestões, imitando o que se quer representar. Os antropólogos estimam que essa voz é recente. O homem de *neanderthal* tinha a boca quase no pescoço, o que, certamente, o impossibilitava de voz e linguagem.

Por conseguinte, há a ideia de representação. Assim, um nome, como parece, não passa de uma imitação daquilo que nomeia, imitando o nomeador. Nome é imitação e, ao mesmo tempo, essência das coisas, justamente porque lhes assemelha, como diz Hermógenes. Contudo, Sócrates não concorda, exatamente em virtude da essência. Se cada coisa tem essência própria, tem também outras propriedades, como a cor, por exemplo. Como imitar essas propriedades. Sócrates conclui: o nome parece possuir uma exatidão natural. E passa, a partir daí, a estudar a linguagem.

Nessa trajetória, após os estudos com a linguagem, não se afasta da justeza dos nomes. A composição dos nomes, a justaposição das letras, é comparada com o trabalho dos pintores. Até aí não se afasta da tese naturalista. Como diz: *a justeza do nome é aquilo que nos mostra como a coisa é*. Portanto, o nome seria um retrato em forma de significação. Por sua vez, se o *logos* está inserido em uma

THEMIS

ontologia realista, então as coisas têm realidade fixa, não variam, segundo nossa fantasia, e existem em si mesma. Porém, parece surpreendente que um discípulo de Heráclito, pensador que acreditava na mobilidade das coisas sensíveis, tenha uma posição tão radical.

Nessa linha heraclitiana, há uma compreensão por parte de Crátilo, de que são possíveis variações quando a referência dos nomes é a dos deuses, pois, assim, de acordo com essas divindades, seus nomes não apenas se ajustam às coisas e aos seres, *mas sugere e possibilita também um julgamento*, por parte dos usuários, de seus propósitos. Nada permanece firme. Tudo é muito móvel. Sócrates repete Heráclito: “todas coisas passam e que nada permanece e, comparando aos seres a uma corrente fluvial, não poderiam entrar duas vezes no mesmo rio”.

1.3 Verdade por adequação

As possibilidades dos discursos e da retórica dos grandes oradores da era clássica estabeleceram dúvidas quanto à exatidão das palavras, quando percebiam os seus atos. Antes, Hermógenes considerava a justeza dos nomes como resultado de uma combinação e de um ajuste, os quais dependem do costume e do hábito, e não da natureza do que está sendo nomeado. Quando ele insiste na possibilidade de “dizer o que é e o que não é, por meios de palavras”, Sócrates conduz o pensador na questão dos nomes falsos e verdadeiros. Platão chega a afirmar: “é possível dizer nomes falsos e nomes verdadeiros, uma vez que há proposição de ambas modalidades”. E volta a questionar a justeza dos nomes: “Será que o nome pelo qual todos designam um objeto é o nome desse objeto, este tendo dessa forma, tantos nomes quanto parecem a cada pessoa, diferentemente?”

O problema é o seguinte: se palavras e coisas não têm ligação nenhuma, nascem imbricadas naturalmente nome/objeto, a verdade não é prioritária. Por isso, para Platão, existe a possibilidade para dizer nomes falsos e nomes verdadeiros, desde que haja proposição de ambas mobilidades. Acontece que Crátilo rejeita sequer discutir essa questão. Diz ele: “Todos os nomes são corretos; nomear falso é não nomear”. Aqui se vê a insustentabilidade desta última proposição. Evidentemente, Crátilo se apoia nos sofistas que negam a possibilidade de que se possa dizer algo falso. Segundo eles, dizer o falso significa dizer o que não é; enunciar o “não-ser”; dizer as coisas “que não são”; falar do “não-ser”. Dizer, por exemplo, do “não-cavalo”, é proferir algo que não existe, o “não-ser”, finalmente,

representa dizer absolutamente nada. Basta falar a coisa física para ela, por si só, expressar a verdade.

A extensão da ideia da permanência na natureza das coisas é levada para os atos. Falar é um ato e nomear é também um ato proveniente da fala, e isso implica, necessariamente, numa espécie de ação em referência aos objetos. Esse ato de nomeação não se faz em revelia ao nosso desejo. Se todos os atos têm instrumento adequado para a sua realização, o que for preciso nomear não deveria ser também nomeado com alguma coisa, seguida de um instrumento? Platão definiu: “o nome também é um instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las”.

A possibilidade de variação dos nomes dos deuses, como acontece com Hermes, apresentando “dupla natureza” ou vários significados, vão muito mais além da relação nome/coisa (ser). Essa constatação é de suma importância para a contemporaneidade. É nesse gancho que, a partir de Frege e dos chamados “filósofos da existência”, se tem o desprestígio das teorias discursivas, quando o matemático, na procura da tarefa da lógica, relativiza a subjetividade.

Por conta de tudo isso, há uma mudança da própria hermenêutica tradicional. Nesta linha, o conhecimento não seria mais produto de interpretações individuais, que levariam, com ele, nossos desejos, intuições e expectativas. Assim, o intérprete deixa de ser um operador maniqueista, dada a possibilidade de se passar por uma tormentosa ritualística de construção.

A rigor, não existem duas verdades, a menos que passemos a privilegiar as versões, e não o fato em si. Houve a separação das duas linhas que se inter cruzavam como face da mesma moeda: verdade e método. Uma coisa é a verdade; outra, completamente diferente, é o método. Isso quer dizer, necessariamente, que existe a possibilidade de se obter respostas adequadas e corretas a problemas propostos.

1.4 Relação linguagem/mundo

Ninguém duvida da justeza do nome à coisa, notadamente nomes de origem ou derivados dessa fonte, bem como a possibilidade de um julgamento, apesar da justeza. Aliás, essa justeza dos nomes se restringe a revelar a natureza que já traz em si, ou seja, revela a natureza que revela fisicamente. Esse julgamento surge quando a palavra se refere aos deuses. Por exemplo, quando falamos de Hermes, falamos de sua inteligência, de sua intermediação e de sua esperteza. Depois, vem a possibilidade de que a coisa nomeada seja falsa ou verdadeira, de

THEMIS

acordo com a forma de falar ou dramatizar essa fala. Nas tragédias, por exemplo, há terreno próprio para as falsidades ou mentiras. Antes de ser verdade ou mentira, isso também é linguagem.

A proposta seguinte, portanto, não se restringe mais em saber se a língua é natural aos homens, ou é uma convenção social. Se for natural, as palavras possuem sentido próprio, com autonomia, capazes de serem abordadas por elas mesmas, portanto, seriam essências, nomes permanentes; mas se forem apenas convenção, tornam-se arbitrárias, visto que a comunidade poderia escolher outras palavras para nomear as coisas. Para afastar esta arbitrariedade coletiva, o mundo teria organização permanente? E a linguagem, como se estabelece de forma instrumental?

Inicialmente, parece não haver repúdio à tese de que a relação linguagem/mundo possa ser verdadeira ou falsa, e que, portanto, os nomes, enquanto partes de proposições verdadeiras, devem ser necessariamente verdadeiros, não havendo lugar para a linha dos sofistas. Se não há essência, mas só aparência, não há verdade absoluta, todo conhecimento é pessoal e particular. Há também que se refutar, como fez Sócrates, a ideia de Eutidemo, negando que “as coisas são semelhantes e sempre para todo mundo”.

O mundo, sejam objetos, sejam ações, tem uma organização permanente. Com os nomes e as coisas, o mesmo acontece, apenas a verdade e o real dependem do julgamento de cada um. A diferença entre o bem e o mau, razão e sem-razão implica dessa escolha. Da mesma forma que a natureza de um corte depende da natureza do objeto cortante e também da natureza do objeto cortado. O dizer humano deve procurar recortar o mundo, segundo a natureza desse mesmo mundo.

Nesta linha, toda técnica humana (*techne*) se apoia na “*physis*” e age conforme sua própria natureza. Exemplificando: se uma tesoura corta uma folha de papel, é porque a folha é “cortável”. Assim, a qualidade de ser “cortável”, faz parte de sua natureza. O mundo é também cortável pela linguagem. De tal modo, se é recortável pela linguagem, essa qualidade é devida pela sua natureza, da qual faz parte do seu corpo ser cortável, e, bem assim, dizendo de outro modo, “conjuntizável”. E, neste corte, uma única operação: “separar-reunir” ou “recortar-colar”, da mesma forma que fazem os computadores.

Acontece que o mundo não admite qualquer sentido, qualquer recorte. Se compararmos línguas dos povos indígenas com as dos ocidentais, evidencia-se um relativismo. Os nomes “amarelo e verde” podem ser representados por

um nome. O próprio “azul” pode representar entre nós tristeza (*blue*), algo que ultrapassa a simples designação de cor. Como se explica? A própria ordem física impõe limites à arbitrariedade da linguagem. No caso das diversas organizações, como no paradigma das cores, existem por que o substrato físico permite.

O certo é que o nome das coisas consiste também em ser um instrumento para informar o que foi nomeado e também para separar as coisas, distingui-las, “tal como a lançadeira separa os fios da tela”. Por falar na lançadeira, surge a pergunta: quem nomeia os nomes, especialmente os nomes dos instrumentos, dos materiais? Aparecem, assim, os artistas dos nomes, um “lançador” ou um nomeador profissional. Para Sócrates, este raro artista, um dos mais raros do mundo, seria o legislador, que faria parelha com a figura do “dialético”, caso desejasse criar nomes com acerto perfeito, embora estivesse certo de que os destinatários (usuários) não se interessariam pelos fabricantes.

A partir da linguagem, a ideia de imitação seguida de representação ganha maiores consistências. Concorde Crátilo: é bem melhor aderir ao processo de representar a coisa nomeada por uma imitação semelhante, do que adotar algum processo arbitrário. Sócrates aduz com satisfação: “a mim próprio na verdade me agrada que os nomes sejam, quanto possível semelhantes aos objetos”. Afasta o que pensou Hermógenes, mas classifica com trabalho difícil e admite “o expediente grosseiro da convenção para que se consiga a justeza dos nomes”.

1.5 Teoria do conhecimento

A proposta é simples: quem conhece os nomes conhece também as coisas. Na verdade, o próprio nome já é um conhecimento da coisa. Quando sabemos o nome, sabemos também as coisas. Crátilo provoca Sócrates: “que propriedades têm os nomes e que de belo conseguimos por meios deles”? Complementa: “sou de parecer que eles instruem”. O próprio Sócrates objeta que quem primeiro estabeleceu os nomes, estabeleceu-os segundo julgava que eles fossem, e não formassem deles uma ideia exata, como já concordaram. Não se poderia chegar ao conhecimento das coisas, a não ser por intermédio dos nomes, portanto, deles próprios.

Nesta linha, a indagação: como vem o conhecimento?

Inicialmente, a resposta: quando procuramos algo fora dos nomes. Pois bem: na luta entre nomes que se apresentam como semelhantes, imitados ou representados, próximos à verdade, e outros que afirmam os mesmos de

THEMIS

si (justeza). É preciso que se procure fora dos nomes, qual das duas classes é verdadeira. Não é dos nomes que a investigação deve partir, mas da própria coisa. É preciso apropriar-se das qualidades, dos critérios, da natureza, com propósito didático, com finalidade de conhecer. *o próprio nome já é uma pista, um rasto, uma mancha, uma sombra da coisa, do objeto, do ser.* Mas, se o conhecimento deve ser buscado fora dos nomes, é preciso argumentação.

Há que se retomar novamente Heráclito: como conceber a exatidão dos nomes, na hipótese da transitoriedade das coisas e do seres, em contínuo processo de mudança e transformação. Aqui, Sócrates se socorre inicialmente dos sofistas, sustentando a tese da justeza e da imutabilidade. “Se a ideia de conhecimento se modificar, terá de transformar-se numa ideia diferente do conhecimento, e então não haverá conhecimento”. Contudo, com as possibilidades do belo, chega a admitir que “não é fácil decidir” sobre “a tutela das palavras”, que “nada é sã, mas que tudo rola como vaso de barro”. Conclui: “que tudo, realmente, seja assim: é possível também que não”.

Até o momento, não há um posicionamento de Platão a respeito da linguagem, visto que ela está sempre em movimento. Por isso, na proposta de justeza dos nomes e fixidez permanente, ele prefere utilizar da escrita. Nesta escrita, o discurso circunscreve-se, objetiva-se, limita-se, fragmenta-se e, mais além, surge o diálogo. Porém, em muitos diálogos, pela força discursiva, há a possibilidade de mudanças. Finalmente, Sócrates não está só, mas acompanhado de muitos seguidores ou contestadores, e se tudo isso foi contextualizado, estamos diante do conhecimento.

A grande questão é que o diálogo não poderá deixar de refletir a concepção da palavra como unidade elementar e real, que derivou do pressuposto da identidade, e entre linguagem e realidade. Rigorosamente, o diálogo termina por abranger a busca do essencial e do primitivo, na mesma rede dialética da argumentação em que se sugere a interdependência da linguagem e do conhecimento. Assim, não é possível identificar o nome com a coisa, nem separá-los completamente. Em síntese: para dar nome às coisas, é preciso conhecê-las, mas para conhecê-las, é preciso dar-lhes um nome. E a linguagem constitui origem e transcendência da coisa nomeada.

Rigorosamente, nomes são imitações que decorrem da realidade que simplesmente podem decorrer ou da reprodução da mesma realidade (estática), ou do puro fluxo (imagem da realidade). Contudo, podem adquirir ambiguidades, as quais podem impossibilitar a demarcação da verdade, ou importaria em

impedir o conhecimento puro. Por sua vez, os nomes que imitam a realidade são condições fundamentais ao acesso do conhecimento.

É importante destacar a forma como se estabeleceram os primeiros nomes, se não havia nomeação das coisas e dos seres. Neste caso, se foi assim possível – acesso às coisas sem intermediação dos nomes – o conhecimento passa a ser admitido como um processo que possa excluir a linguagem e, aí, como consequência, o conhecimento deixa de ser uma atividade presidida pelos logos. Neste caso, estaria Platão apontando o caráter místico do conhecimento?

Antes de concluir ou pontuar tudo que foi dito, devemos observar que a importância do Crátilo está fundamentalmente na relação entre linguagem e conhecimento, uma vez que a argumentação levada a cabo conduz, ao final do diálogo, a um duplo encurralamento: de um lado, os nomes, pensados como imitação da realidade, os quais guardariam significados ambíguos, de modo a poderem significar tanto a imagem de uma realidade, que é puro fluxo, quanto a de uma que é sempre a mesma, e de outro, como condição de acesso e conhecimento.

2 A LIBERTAÇÃO DA LINGUAGEM

Diretamente ao trabalho de Frege, podemos repetir que nomes têm tantos “sentidos” quanto “referências”. É verdade que alguns nomes não têm referências, mas isso seria apenas um erro de linguagem ordinária, e não teria espaço em um sistema linguístico ideal. A referência de um nome é aquilo que o nome denota. Faca, por exemplo, é um instrumento cortante. Já o sentido é o modo de apresentação do objeto denotado. No caso da faca, o sentido é a lâmina utilizável a objetos cortáveis. O problema é que dois nomes podem ter a mesma referência e, apesar de iguais, ter sentidos diferentes. “*Mouse*”, em inglês, por exemplo, é camundongo, mas é também um instrumento secundário de computador.

A conclusão de referência e sentido foi objetada pelo filósofo-matemático, quando examinou sentenças de “identidades informativas”. Assim, $A=B$, onde ambos possuem a mesma referência e, neste caso, não existindo um sentido, teríamos: $A=A$ e $B=A$. Acontece que $A=A$ é trivial, uma mera consequência da “lei de identidade”. Agora, $A=B$ é uma sentença informativa. Essa descoberta representou um dos desafios ao “milianismo” a respeito dos nomes. Sua posição, segundo a contribuição de um nome para o conteúdo das frases.

2.1 O quebra-cabeça de Frege

Explicitando melhor em linha concreta, temos, por exemplo, que os nomes Cícero e Túlio designam exatamente a mesma pessoa, o filósofo e o grande orador romano, o respeitável autor de *De Finibus*. Todavia, as frases “Cícero é Cícero”, e “Cícero é Túlio”, apesar de serem as mesmas pessoas, têm valor cognitivo diverso. Ao se dizer que “Cícero é Cícero”, estamos diante de uma frase desinteressante, sem nenhuma complexidade, algo que simplesmente expressa a identidade de uma coisa consigo mesma (Lei de Leibniz). Agora, quando se diz que “Cícero é Túlio”, estamos diante de um valor informativo. Como diz Frege: “uma pessoa que descobre que Cícero e Túlio designam a mesma coisa não está meramente descobrindo a relação de identidade que uma coisa tem consigo mesma, pois isso ela já sabia, ao menos implicitamente”.

Realmente, como podem as duas frases ser diferentes do ponto de vista informativo, visto que os nomes envolvidos designam a mesma coisa? Como resolver o que se chamou mais de tarde de “Teoria de Referência Mediada”?

A solução deste famoso “quebra-cabeça” consiste em articular o significado dos designados em dois elementos, o sentido e a referência. “*Sinn*” e “*bedeutung*” devem ser separados. Os nomes Cícero e Túlio têm a mesma referência, como se disse, mas não possuem o mesmo sentido. É por isso que quem diz “Cícero é Túlio”, não está dizendo nada trivial. Assim, Frege marca algo inédito: a posição segundo a qual a contribuição de um nome para o conteúdo das frases em que ocorrem, é o seu referente.

Esse paradoxo constitui um problema de semântica e epistemologia, e não de teoria do conhecimento. Repetindo: “Cícero é Cícero” é trivial, desinteressante, expressa identidade; “Cícero é Túlio” tem valor informativo. Os nomes têm as mesmas referências, mas não os mesmos sentidos. Isso por que, teríamos algo que ultrapassa as palavras.

Para Frege, na expressão “Cícero é Túlio”, há uma pressuposição que não está necessariamente no uso, e não faz parte do significado material da linguística. Quer dizer: o valor informativo ultrapassa a expressão. Do contrário, haveria problemas de interpretação. Assim, noutro exemplo, quando se diz que “Kleper morreu na miséria”, não há nada de errado com a expressão. Há pressuposição de que ele teve existência e fim, contudo, Kleper não morreu na miséria, então, obrigatoriamente é preciso dividir a *sentença que faz parte do uso*, e a *sentença*

que faz parte do significado. Por sua vez, esta tese da divisão foi refutada por Russel. Se em vez de Kleper, a sentença designasse que “Papai Noel morreu na miséria”? Neste caso, como o bom velhinho não passa de um mito, não há nada o que separar. Não temos nenhum pressuposto. Não teríamos nenhuma dualidade, muito menos sentido, uso ou significado.

2.2 A tarefa da lógica

Para Frege, a tarefa da lógica era essencialmente a de libertar o pensamento da linguagem. Dizia ele que em lógica não queremos saber como é o entendimento, como pensa e como se processa o pensamento, mas como deveríamos pensar. Propôs a libertação da linguagem, porque ela seria espelho deformado do pensamento. Sempre se diz que a linguagem é instrumento rude e incapaz de traduzir o pensamento. Acontece que, não tendo dúvida de que a linguagem espelha o pensamento, não há como dispensá-la, pois é através das “expressões linguísticas”, que se torna possível analisar um pensamento.

É possível a existência única de pensamentos? Ou melhor, é possível viabilizar apenas pensamentos em sua nudez?

Parece que a indagação não tem consistência, se estivermos diante da Filosofia Analítica. É justamente através da análise filosófica da linguagem que se conduz a uma explicação do pensamento. Não há outra via de análise do pensamento, senão pela linguagem analítica. Nesta posição, desde logo, vem a certeza de que não há linguagem sem propósito, sem um sentido ou direção, de modo que não podemos ignorar as proposições que vem nas expressões.

No trabalho analítico, Frege tem posicionamento semelhante ao Crático, com relação à justeza dos nomes, ou melhor, a designação justa dos nomes, as coisas nomeadas. Diz ele: “*a estrutura do pensamento deve corresponder à estrutura da proposição*”. Assim, o reconhecimento dos componentes do sentido depende da apreensão da estrutura de uma proposição que exprime um pensamento. Noutras palavras: a decomposição da proposição é a decomposição do pensamento. Mas, advirta-se, o pensamento vem antes da linguagem. Então, será preciso: fazer a determinação do conteúdo objetivo (da linguagem e pensamento); proceder à crítica e, por fim, fazer uma tradução.

O sentido de um juízo ou julgamento de uma frase quem dá, é o pensamento. Como se diz: captar um pensamento é captar um sentido, é aferir uma direção, um norte. Então, se temos acesso ao sentido de uma palavra, através

THEMIS

de uma frase, temos também acesso ao conceito que, por sua vez, temos acesso ao pensamento, e este juntamente com a linguagem, repita-se, pensamento e linguagem, ambos resultam na contextualização.

Em síntese: o pensamento pertence ao fluxo interno da consciência individual, e o trabalho da lógica deve cuidar não de uma mente, mas das mentes. Ela não tem nada em comum com o que pensamos individualmente, porém, com o entendimento. Ora, se a lógica nos revela e orienta como devemos pensar com maior correção e verdade, ela também deve ser libertada da linguagem que é espelho do pensamento, mas, como foi dito, espelho deformado. No dizer, no falar ou na expressão, perde-se algo peculiar. Não há expressão pura do pensamento pela linguagem.

2.3 O problema conceito e objeto

A face do conceito e do objeto apresenta o seu maior problema: um, incompleto e insaturado; outro, completo e saturado. Normalmente, conceitua-se em função do objeto. Assim, normalmente, tomamos o objeto e formulamos o conceito. Há, todavia, problemas, quando se fundem objeto e conceito, como ocorre com palavras primitivas, as quais, muitas vezes, não podem ser desmontadas em sua estrutura, posto que são intrincáveis, impossibilitando conhecimento direto.

Qual o conceito da palavra conceito? Não há em princípio esse conceito. Busca-se um conceito quando se tem um objeto. Por isso, diz-se que um conceito é fácil quando ele é apreendido. Estamos diante, neste caso, de um predicado ou de uma função, e não de um conceito. A própria palavra conceito é defeituosa. É um termo primitivo, como os nomes primitivos que possuem justeza de designação, conforme o Crátilo. Sendo um nome primitivo, sua definição é simples, não pode ser decomposta, e o logicamente simples não pode ser conceituado, analisado, decomposto. O conceito de um cavalo não é um conceito, pois ele já exprime tudo. O objeto fala por si, encerra seu conteúdo. Não tem explicação o que nasce explicado. Conceito é sempre fluxo, é movimento, é contextualização. Daí, para muitos pesquisadores, Frege cria uma filosofia do pensamento, e não uma filosofia do conhecimento.

Finalmente, para provar que a linguagem é imperfeita, Frege diz que existem perdas na fala, prejuízos na expressão; no ato de dizer, perde-se algo originário do pensamento. Linguagem e pensamento podem se afastar. E, neste

afastamento, o perigo: *linguagem pode conduzir o erro, o pensamento não*. E o que é captar um sentido de uma frase? É captar um pensamento. O sentido ou um julgamento de uma frase é o pensamento que nela possa ser expresso. Captar um pensamento é captar um sentido. Na filosofia do pensamento de Frege, *pensar é ver o que não se vê*. Aliás, o pensamento não são representações; ele é algo parecido com a dor e, portanto, de modo definitivo, pertence a um fluxo interno da consciência individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do Crátilo, os famosos diálogos de Platão, os quais constam como o DNA dos primeiros estudos sobre Etimologia e Linguística, podemos explicar o tema abordado em seis avaliações, pelas quais pretendemos incursão no mundo da interpretação jurídica, como da mesma forma é o nosso desejo em relação às ideias de Frege.

Primeiro: existe sim designação justa dos nomes às coisas nomeadas, notadamente, em nomes primitivos designados por deuses, certamente aqueles que tinham poder e concessão para atribuir nomes. Mais ainda, esta designação natural, relação “nome/coisa”, tem aspecto universal, ou seja, deve ser viabilizada em qualquer língua que se manifeste, sejam helenos e bárbaros. Por esta justeza, o nome dado a Sócrates, por exemplo, seria correto, pois revelaria a natureza de seu possuidor, aduzindo, daí, uma semelhança intrínseca entre o nome e a coisa nomeada, o ser.

Segundo: a partir desta justeza do nome à coisa, notadamente nomes de origem ou derivados dessa fonte, vem a possibilidade de um julgamento, apesar do justo critério. Aliás, essa justeza dos nomes se restringe a revelar a natureza que já traz em si, ou seja, revela a natureza que já possui fisicamente. Esse julgamento surge quando a palavra se refere aos deuses. Por exemplo, quando falamos de Hermes, falamos de sua inteligência, de sua intermediação e de sua esperteza.

Terceiro: depois da justeza e do julgamento, vem a possibilidade de que a coisa nomeada seja falsa ou verdadeira, de acordo com a forma de falar ou dramatizar essa fala. Nas tragédias, por exemplo, há terreno próprio para as falsidade ou mentiras. Antes de ser verdade ou mentira, isso também é linguagem. Em suma: é possível dizer nomes falsos e verdadeiros, desde que se tenham propósitos nesse sentido. Haverá uma verdade ou uma falsidade, nesse

THEMIS

caso, por adequação que decorre do manejo do nome, da coisa e do instrumento que diz do nome e da coisa, que nada mais é do que a fala, a linguagem. Aliás, pela via da linguagem, não há verdade absoluta, justamente porque o conhecimento é pessoal de particular.

Quarto: o nome das coisas consiste também em ser um instrumento para informar o que foi nomeado e também para separar as coisas, distingui-las, “tal como a lançadeira separa os fios da tela”. Aos nomes, portanto, atribuem-se as funções de distinguir, separar e ensinar a essência das coisas. E, por falar na lançadeira, surge a pergunta: quem nomeia os nomes, especialmente, os nomes dos instrumentos, dos materiais? Aparecem, assim, os artistas dos nomes, um nomeador profissional. Para Sócrates, este raro artista seria o legislador, que faria parilha com a figura do “dialético”, caso desejasse criar nomes com acerto perfeito, embora estivesse certo de que os destinatários (usuários) não se interessariam pelos fabricantes.

Quinto: quem conhece os nomes conhece também as coisas. Na verdade, o próprio nome já é um conhecimento da coisa. Quando sabemos o nome, sabemos também do objeto. Assim, os nomes ensinam, instruem as pessoas. É possível chegar ao conhecimento das coisas, a não ser por intermédio dos nomes, portanto, delas próprias.

Sexto: se é possível chegar a conhecer as coisas por elas mesmas, então é possível ter acesso às coisas e objetos, sem a necessidade de nomes. Neste caso de acesso, a atividade não é presidida pelo logos. Noutras palavras: a viabilidade de se ter conhecimento sem linguagem. Neste caso, seria o fim da Filosofia, exatamente em sua dimensão dialógica. Para afastar este fim, há que se juntar, a partir de outros trabalhos de Platão, a “teoria da significação”, a “teoria das formas” e a “teoria das almas” (algo que refrigera o corpo). Nesta proposição de aproximar Crátilo e Fédon, a adequação dos nomes às coisas é a concepção do significado atrelado à noção de forma e alma.

A partir de Frege e dos chamados “filósofos da existência”, tem-se o desprestígio das teorias discursivas, quando o matemático, na procura da tarefa da lógica, relativiza a subjetividade. Por conta disso, o conhecimento não seria mais produto de interpretações individuais, que levariam, com ele, nossos desejos, intuições e expectativas. A rigor, não existem duas verdades, a menos que passamos a privilegiar as versões, a “retórica armada”. Portanto, a verdade pode passar por rituais e ser construída.

Gadamer separou as duas vertentes que se fundiam: verdade e método. Uma coisa é verdade; outra, completamente diferente, é o método. Quando a cúpula de um hospital decide, por exemplo, a interrupção de uma vida por que ela é irracional, nos termos em que o paciente encontra-se em grau de debilidade e sofrimento, o faz recorrente ao método, momento em que se chega ao consenso, mesmo em prejuízo ao juramento do “Princípio do Resgate”, a verdadeira verdade que é salvar vidas.

Assim, se o pensamento vem antes da linguagem, segundo o matemático, verdade e método não são opções, alternativas, mas processos dialéticos que se opõem na maioria das vezes. O que se quer dizer é que a linha de Frege influenciou sobremaneira a Hermenêutica no mundo inteiro, diante da possibilidade de respostas adequadas e concretas a problemas ou sentenças, sejam matemáticas ou jurídicas.

Aliás, sendo, afinal, matemática, sua relação com a sentença que faz parte do uso, por exemplo, coloca sua experiência no mundo prático, tendo suas ideias fincadas na existência e, simultaneamente, no pragmatismo. Finalmente, Frege não procurou um modelo teórico de descoberta da verdade de uma sentença, mas, essencialmente, uma relação prática entre ela e o mundo.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

GOTTLOB FREGE. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gottlob>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MONTENEGRO, Maria Aparecida de Paiva. **Linguagem e Conhecimento no Crátilo de Platão.** disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v48n116/a0648116.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

PEREIRA, Américo. **Da Filosofia da Linguagem no Crátilo de Platão.** Disponível em <http://www.lusofonia.net/textos/americo_pereira>. Acesso em: 12 fev. 2014.

STRECK, Luiz Lênio. **Verdade e Consenso**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.